



Metas climáticas nacionais: o caminho para uma economia de baixo carbono

O acordo de Paris, firmado em 2015 na COP21, serviu para catalisar a adoção de metas concretas de redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) por parte dos países signatários. O acordo, além de prosperar no âmbito teórico, incentivou os países a estruturarem planos detalhados, estratégias específicas e metas quantificáveis para frear o avanço das mudanças climáticas, e essas práticas fazem parte das NDCs (sigla para Contribuições Nacionalmente Determinadas).

As NDCs são os compromissos públicos que os países que ratificaram o Acordo de Paris adotaram, visando a redução das emissões de GEE. O Brasil, por ser signatário do Acordo, possui suas próprias metas nacionais.

Apesar de o Brasil possuir metas próprias para a redução das emissões, é importante ressaltar que esse compromisso se estende às indústrias e aos setores mais expressivos em emissão, sendo essencial a conscientização e a estruturação de medidas mitigatórias específicas, para combater as mudanças climáticas. Isso ocorre porque as medidas necessárias para atingir uma economia de baixo carbono irão variar de acordo com cada setor.

Para nortear essa curva, é importante estar alinhado com as obrigações brasileiras, conforme comunicado oficial publicado pelo governo em 21 de março de 2022, onde o país atualizou seu compromisso de reduzir 37% das suas emissões até 2025 e 50% das suas emissões até 2030, sendo que ambas as metas estão baseadas nas emissões de 2005. Além disso, o Brasil se comprometeu a ter neutralidade climática até 2050. Algumas das principais medidas para o atingimento destas metas incluem:

- **Redução do desmatamento:** O desmatamento na Amazônia e em outros biomas é uma das principais fontes de emissões de GEE no Brasil.
- **Expansão das energias renováveis:** O Brasil é um líder mundial na produção de energia renovável, principalmente através de hidrelétricas, mas também com crescente investimento em energia eólica, solar e biomassa. A promoção e o aumento da participação dessas fontes limpas na matriz energética são fundamentais para reduzir as emissões de GEE.
- **Eficiência energética:** A promoção da eficiência energética em setores como transporte, indústria e construção pode contribuir significativamente para a redução das emissões. Isso envolve o estabelecimento de padrões de eficiência, incentivos para a adoção de tecnologias mais eficientes e o desenvolvimento de políticas de conservação de energia.

- **Agricultura sustentável:** O setor agrícola é uma importante fonte de emissões no Brasil. O país tem buscado práticas agrícolas mais sustentáveis, como o incentivo à agricultura de baixo carbono, o manejo adequado do solo, a recuperação de pastagens degradadas e a redução das emissões de gases na pecuária.
- **Transporte sustentável:** A melhoria do transporte público, a promoção da mobilidade urbana sustentável e a expansão do uso de veículos elétricos podem contribuir para reduzir as emissões do setor de transporte, que é uma das principais fontes de GEE no Brasil.

Como setor, devemos analisar as medidas necessárias para definição e implementação de estratégias e auxiliar o país como um todo a atingir suas metas. Existem inúmeras possibilidades de ações mais específicas, que podem ser adotadas como por exemplo, eletrificação da operação, autoprodução de energia renovável, dar preferência a utilização de matérias-primas que advenham da biodiversidade brasileira e, por fim, investir em pesquisa e inovação para a criação de produtos com uma menor pegada de carbono.

O Brasil está empenhado em promover a economia de baixo carbono e impulsionar uma transição para uma indústria mais sustentável. Esse é um assunto de extrema importância comercial, especialmente quando se trata da exportação dos insumos e produtos gerados no país. Muitos compradores que recebem nossas mercadorias têm demonstrado preocupação na hora de escolher de quem importar, levando em consideração as práticas sustentáveis adotadas pelo país produtor.

Iniciativas como o CBAM (*Carbon Border Adjustment Mechanism*) na Europa visam taxar produtos vindos de outros países com base na sua pegada de carbono, como uma forma de auxiliar a Europa a atingir suas metas de redução de emissões e a impedir, o que se chama de “vazamento de carbono”, que seria a produção fora da Europa para evitar os mecanismos internos de taxaço das emissões. Para as empresas brasileiras exportadoras, é importante conhecer o impacto dos seus produtos, para não inviabilizar a exportação para a Europa.

Vale ressaltar que a implementação das ações aqui exemplificadas e o alcance das metas não é trabalho fácil e de curto prazo. É preciso ter uma gestão climática sólida nas empresas e ações de melhoria contínua sobre as mesmas. Muitas empresas já estão avançadas nesta jornada climática, mas em geral, o Brasil ainda tem um caminho longo para a transição para uma economia de baixo carbono. São necessárias políticas públicas nacionais para impulsionar esse desenvolvimento de forma ágil e eficiente, unindo governo e iniciativa privada, em um só caminho.

Nos siga nas redes sociais



ABIHPEC
Associação Brasileira da Indústria de
Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos